

## **PROJETO DE LEI N.º                      , DE 2016**

(Do Sr. Cabo Sabino)

Faculta às polícias a aquisição  
de armamentos de indústrias nacionais  
ou do exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina a aquisição de armamento e equipamento pelas polícias e corpos de bombeiros.

Art. 2º As polícias e corpos de bombeiros da União, dos Estados e do Distrito Federal poderão adquirir suas armas, munições e equipamentos diretamente das indústrias nacionais e estrangeiras.

Parágrafo único. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares deverão comunicar à União a quantidade e tipo de armamento, munição e equipamento, para fins de controle.

Art. 3º As aquisições de armas, munições e equipamentos abrangidos por esta lei serão isentas de tributos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto busca resgatar várias proposições já arquivadas que tinham o mesmo objeto. Tratam-se do PL 187/1999, do Deputado

Alberto Fraga; 7481/2002, do Deputado José Carlos Coutinho; PL 1935/2003, do Deputado Carlos Nader; e PLS 447/1999, do Senador Luiz Estêvão.

Todos continham conteúdo idêntico e redação similar, a qual buscamos aperfeiçoar, reproduzindo, a seguir, trechos das Justificações, por ser ainda pertinente:

(...) É do conhecimento de todo o público o alto grau de tecnologia que têm as armas dos que militam na marginalidade, *pois* todos os dias a televisão mostra as armas apreendidas pelos policiais, e que estavam sob o poder de traficantes e ladrões, tais como AR-15, metralhadora Israelense, M-16, e outras com grande poder de fogo enquanto os policiais fazem essa apreensão utilizando revólver calibre 38 e munição velha e contada.

(...) É um absurdo constatarmos que, enquanto os bandidos e marginais adquirem armas de grosso calibre, como as mencionadas acima, nossas polícias estão impedidas de fazê-lo. É fácil deduzir-se que tal situação muito compromete a segurança da sociedade, com os nossos policiais, como agentes garantidores da ordem e da lei, reduzidos a pigmeus diante do poderoso armamento do crime organizado.

Nada mais atual, passados quase vinte anos. No entanto, o lóbi das empresas nacionais pressiona o Parlamento para que a legislação lhe conceda reserva de mercado. A qualidade do armamento nacional, contudo, está deixando a desejar, como comprovam recentes notícias de falhas básicas em pistolas produzidas pela fabricante brasileira Taurus.

Já houve policiais feridos gravemente em consequência dessas falhas, que vão desde o disparo acidental sem acionamento do gatilho e mesmo travada no modo de segurança, até o funcionamento no modo automático, dando 'rajadas', ainda que selecionado o regime de tiro intermitente (tiro a tiro). Isso vem ocorrendo principalmente com a pistola .40 PT 24/7, e

com a submetralhadora SMT 40 Top, ambas da Taurus, empresa que detém o monopólio de fabricação de armas de fogo no país.

Tal situação, inaceitável, coloca em risco a vida dos policiais e de terceiros inocentes, o que justifica a aprovação da presente proposição, no sentido de que a sociedade possa contar com policiais seguros de seu instrumento de trabalho. Por outro lado, forçará a indústria nacional a manter controle de qualidade suficiente para evitar esse vergonhoso descaso com o armamento vendido no país para as forças policiais.

Diante do aqui exposto solicito o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado Cabo Sabino